Supremo critica pedido de mais prazo para votar Fundo de Participação

Ministros do Supremo Tribunal Federal reagiram ao pedido do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para que a corte dê mais tempo para o Congresso votar os novos parâmetros para distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Segundo reportagem da *Agência Estado*, um dos integrantes classificou como escárnio as alegações. "Falar que três anos (para a aprovação da lei) foi pouco é um escárnio. A Constituinte foi feita em dois anos", acrescentou um dos integrantes.

Para ministros, a polêmica será resolvida quando o tribunal julgar ações nas quais governadores de estados pedem a manutenção dos critérios de distribuição do fundo fixados por uma lei de 1989 até que seja aprovada a nova norma. Mas dispositivos da lei de 1989 foram declarados inconstitucionais pelo STF no início de 2010. Na ocasião, o tribunal decidiu que para evitar um vácuo legislativo as regras consideradas inconstitucionais deveriam vigorar até 31 de dezembro de 2010. "Temos de tomar uma medida para estimulá-los a decidir", afirmou um ministro numa referência ao Congresso, que não votou a lei.

Sarney diz que não houve interferência
Ao comentar novamente a indefinição para rateio do FPE, Sarney negou haver a interferência do Judiciário nas atividades do Legislativo. “O Supremo decidiu, e essa decisão tem mais de dois anos. O ministro Ricardo Lewandowski agora está apenas examinando uma ação feita por governadores”, afirmou.

A ação foi ajuizada pelos governadores da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, pedindo ao STF a prorrogação do prazo de validade dos critérios de partilha do FPE até que o Congresso consiga aprovar novas regras de distribuição dos recursos.

Sarney classificou como normal o pedido do presidente em exercício do STF, Ricardo Lewandowski. “Foi algo normal. Ele [Lewandowski] tem prazo, e a lei manda que peça informações. O Congresso respondeu. Não são argumentações. São prestações de informações sobre o que tramitou e o que foi feito. Mais nada. Esta interpretação de contestação nossa ao Supremo não existe”, resumiu.

Na opinião do presidente do Senado, questões como a partilha do FPE sempre demoram bastante para ser resolvidas, e os parlamentares não tiveram condições de chegar a uma conclusão. “No fim do ano, quase chegamos a um acordo, mas não conseguimos votar”, disse.

Date Created
24/01/2013

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.